

Roger Bacon e os enunciados desviantes

Alessandro J. Beccari¹

Resumo: Este artigo visa a uma apresentação introdutória das propostas de Roger Bacon (*ca.* 1220-92) para o entendimento de enunciados elípticos, mal formados ou metafóricos, os quais, apesar de aparentemente incompletos, são aceitáveis e/ou tidos como eficazes. Além disso, sugere-se, informalmente, que as explicações de Roger Bacon para esses enunciados parecem aproximar-se em alguns aspectos e afastar-se em outros das regras de J. L. Austin para o que chama de felicidade dos enunciados performativos.

Palavras-chave: História e filosofia da lingüística. Gramática medieval. Semântica. Roger Bacon. Enunciados performativos.

Abstract: This article aims at an introductory presentation of the proposals of Roger Bacon (*ca.* 1220-92) for the understanding of elliptical, defective and metaphorical utterances, which, although apparently incomplete, are acceptable and/or considered as efficacious. Furthermore, it is suggested in this article that Roger Bacon's explanations for these type of utterances seem to come closer in some respects and to distance themselves in others from Austin's rules for what he calls the felicity of performative utterances.

Keywords: History and philosophy of linguistics. Medieval Grammar. Semantics. Roger Bacon. Performative utterances.

Introdução

Os poucos dados biográficos sobre Roger Bacon são motivo de controvérsia (Hackett, 2002: 616). Há, contudo, alguns episódios conhecidos de sua vida que ajudam

¹ Doutorando em História e Filosofia da Lingüística pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: jbeccari1@yahoo.com.br

a entender melhor o traçado geral de seu percurso filosófico e, a partir deste, de suas incursões no campo dos estudos da linguagem.

Roger Bacon nasceu entre 1214 e 1220², foi educado em Oxford (1234-42), foi professor em Paris (1243-48), fez pesquisas experimentais desvinculadas de instituições de ensino (1248-55), esteve novamente em Oxford e em Paris (1280-1292), onde faleceu como religioso franciscano e não como professor. Talvez os anos entre 1248 e 1255 tenham sido os mais importantes para Bacon como pesquisador. Nesse período, Roger Bacon trabalhou como pesquisador independente, livre de suas obrigações professorais, e, assim, teve o ócio necessário para desenvolver aquilo que ele denominou *scientia experimentalis*.

Roger Bacon pertenceu à geração dos pensadores ocidentais que pela primeira vez no segundo milênio tiveram contato direto com a maior parte do *corpus* aristotélico em língua árabe e grega e que foram capazes de reintroduzi-lo na Europa através de comentários e de desenvolvimentos originais. Tais conhecimentos lingüísticos lhe permitiram introduzir e desenvolver no Ocidente muito da riqueza do saber experimental do mundo muçulmano, que, muito à frente da Europa cristã, não só já havia acolhido e desenvolvido o saber dos antigos gregos como também permitira o desenvolvimento de uma escolástica judaica no seio de sua vasta área de influência. De fato, como parte de sua reforma educacional, Roger Bacon propõe que os “latinos” aprendam a ler o árabe, o grego e o hebraico e que, para isso, essas línguas passem a fazer parte dos currículos das então recém-criadas universidades de Oxford e Paris.

Uma nova semântica para os enunciados desviantes

² Segundo Irène Rosier, Roger Bacon teria nascido mais provavelmente por volta de 1220, já que, em 1267, em seu *Opus tertius*, ele diz ter dedicado 40 anos de sua vida aos estudos da linguagem: desde sua alfabetização até aquela data. Segundo Rosier, no início do séc. XIII, aprendia-se o alfabeto aos 7 ou 8 anos de idade, sendo assim, é permitido supor que o correto ano do nascimento de Roger Bacon seria próximo ou idêntico a 1220 (Rosier, 1994: 19).

Na tradição pedagógica medieval, a *ars grammatica* foi sempre tida como a propedêutica das outras artes liberais³. Para Roger Bacon, porém, os estudos da linguagem visavam muito mais do que apenas um conhecimento elementar ou até mesmo racional e completo das construções e possibilidades lingüísticas do latim e de outros idiomas importantes para a aquisição e transmissão do saber. Em última instância, segundo Roger Bacon, o objetivo do estudo das línguas é a aquisição daquilo que ele denomina *sapientia linguarum* [a sabedoria das línguas]. Essa sabedoria inclui o que chama de *translatio linguarum* [a mudança das línguas] – o que a lingüística atual chama de diacronia –, e inclui também tanto a ciência dos signos (semiótica) quanto a compreensão do poder performativo das palavras (pragmática) (Rosier-Catach, 1997: 67). Em seu *Opus tertius*, de forma concisa, Bacon resume a importância do estudo comparativo das línguas estrangeiras e antigas:

Notitia linguarum est prima porta sapientiae, et maxime apud Latinos, qui non habent textum theologiae, nec philosophiae, nisi a linguis alienis; et ideo omnis homo deberet scire linguas, et indiget studio et doctrina harum, eo quod non potest ea cognoscere naturaliter, quia fiunt ad placitum hominis, et vaientur secundum hominum voluntatem. [O conhecimento das línguas é a primeira porta da sabedoria e é ainda mais importante entre os latinos, porque eles não têm textos nem de teologia nem de filosofia a não ser em língua estrangeira. Sendo assim, todos devem estudar as línguas, pois é necessário estudá-las para conhecer suas regras e não é possível conhecê-las naturalmente, uma vez que são convencionais e de variação voluntária.] (*Opus tertius*, 18.102, *apud* Rosier-Catach, 1997: 67)

Em Roger Bacon, esse conhecimento das línguas estrangeiras também leva à intuição de uma gramática universal, que seria independente das convenções e variações das línguas naturais. Prova disso é que Roger Bacon foi o primeiro pensador ocidental a explicitar a intuição de uma gramática universal⁴. Essa intuição, frequentemente citada

³ A Idade Média recebeu a divisão das disciplinas de estudo, conhecidas como artes liberais, da Antigüidade Tardia por intermédio de Boécio (ca. 480-525). As artes liberais constituíam-se no trívio, que incluía a gramática, a retórica e a dialética, e no quadrívio, composto pela aritmética, a geometria, a música e a astronomia.

⁴ Curiosamente, o lingüista estadunidense Noam Chomsky parece assemelhar-se a Roger Bacon ao postular um tipo de essencialidade para a capacidade lingüística humana: “Definamos ‘gramática universal’ (GU) como o sistema de princípios, condições e regras que são elementos ou propriedades de todas as línguas humanas [...] Então, pode-se dizer que GU expressa a ‘essência da linguagem humana’” (Chomsky, 1975: 28).

pelos estudiosos da história da lingüística, encontra-se registrada na introdução de sua *Grammatica graeca* e é a seguinte: *Grammatica una et eadem est secundum substantiam in ominibus linguis, licet accidentaliter varietur*. [A gramática é uma e a mesma, no que se refere à sua essência, em todas as línguas, embora varie acidentalmente.] (Bacon, 1902: 27, *apud* Covington, 1984: 20).

Martin Grabmann⁵ chamou Roger Bacon de o primeiro gramático modista da história⁶. Essa afirmação baseia-se na definição de Bacon sobre a essência universal da linguagem e por sua *Summa Grammatica*, provável primeira gramática modista da história – produzida em Paris por volta de 1245. Apesar disso, há ao menos um autor (Covington, 1984: 23) que classifica Roger Bacon ainda como pré-modista. De qualquer forma, qualquer que seja sua classificação, Irène Rosier-Catach (1997: 72) demonstrou que o conjunto das idéias de Bacon sobre a linguagem não só antecipam as dos gramáticos modistas do final do séc. XIII como também as ultrapassaram, pois suas especulações sobre a força intencional das palavras (*vis verborum*) esboçam uma teoria pragmática que complementa tanto a sua noção de gramática universal quanto o seu estudo comparado das línguas. Nas palavras de Irène Rosier-Catach:

For Roger Bacon, *grammar* does not have one single meaning, much less a meaning coinciding exactly with that given the word by his contemporaries. For him, the discipline starts with the elementary teaching of latin, goes to the *reasoned grammar*⁷, such as is taught by the university, to culminate with

⁵ Martin Grabmann foi um dos primeiros estudiosos modernos a pesquisar a respeito dos gramáticos medievais do séc. XIII. Dentre suas contribuições para a história dos estudos da linguagem, em seu artigo de 1922, *De Thoma Erfordiensis auctore Grammaticae quae Joanni Duns Scoto adscribitur speculativae*, foi o primeiro medievalista contemporâneo a atribuir a autoria da *Grammatica Speculativa* a Tomás de Erfurt. Martin Heidegger a havia atribuído a João Duns Scotus em sua tese de habilitação (*venia docendi*) intitulada *Die Bedeutungen und Kategorienlehre des Duns Scotus (A Doutrina das Categorias e do Significado em Duns Scotus)* de 1916.

⁶ As gramáticas modistas foram o produto de um movimento de gramáticos medievais que pensaram a gramática como disciplina autônoma e não apenas como propedêutica aos estudos dialéticos, retóricos ou literários no final do séc. XIII. Essas gramáticas eram conhecidas como *tractati de modis significandi sive grammaticae speculativae* [tratados sobre os modos de significar ou gramáticas especulativas], de que se deriva a denominação do movimento: modismo.

⁷ Entenda-se aqui por *reasoned grammar* o pensamento que permeia o gênero de comentários aos livros 17 a 18 das *Institutiones grammaticae* de Prisciano, também conhecidos como *Priscianus Minor*, que começaram a se desenvolver nas universidades sob influência do novo aristotelismo do início do séc. XIII e que coexistiram com as primeiras gramáticas especulativas que culminariam nos tratados sobre os

the *knowledge of languages*, a term which includes the *wisdom languages* as situated within the diachronical perspective of the *translatio linguarum*, the science of signs⁸ and the debates on the magical power of the spoken word (Rosier-Catach, 1997: 67).

O séc. XIII é conhecido como o século da revolução aristotélica. O *corpus* aristotélico, que se encontrava indisponível em latim antes de 1200, seria completamente traduzido até 1400. De fato, os desenvolvimentos desse período, em quaisquer áreas, sempre remetem-se a Aristóteles. Portanto, é natural que o pensamento de Roger Bacon sobre a linguagem esteja estreitamente vinculado a esse novo aristotelismo. De acordo com Aristóteles, o enunciado que veicula uma proposição simples corresponde a uma seqüência significativa de tipo “nome + verbo”, em que um verbo predica (afirma ou nega) algo a respeito de seu sujeito (Arist., Int., 1.16a10-19). Por proposição, Aristóteles entende um enunciado que constate a existência (afirmação) ou a ausência (negação) de um fato (Arist., Int., 1.17a1-8). Além disso, para que corresponda a uma proposição, o constativo deve ter sempre a forma “sujeito + predicado”. Roger Bacon e seus contemporâneos observaram, porém, que há um grande número de enunciados que embora não pareçam corresponder a essa definição ou forma lógica, são não só redutíveis a proposições como também parecem comunicar algo que vai além da constatação de um fato. Exemplos desses enunciados desviantes são, por exemplo: interjeições: *Heus*. [Ai!]; vocativos: *o Henrice*. [Henrique!]; respostas a perguntas: *Filius Socratis*. [O filho de Sócrates.]. Além dessa constatação, Roger Bacon e outros teólogos logo sentiram a necessidade de explicar a eficácia das fórmulas litúrgicas e os problemas da linguagem bíblica ou teológica.

modos de significar, cuja produção alcançaria seu clímax entre as décadas de 1270 e 1310 em Paris e no norte da Europa. Como exemplo dessa transição, em sua *Summa grammatica* – que, como se vê na nota 6, é considerada por Martin Grabmann como a primeira gramática especulativa modista – Roger Bacon utiliza justamente como ponto de partida o comentário de seu contemporâneo Robert Kilwardby (ca. 1215-1279) ao *Priscianus Minor*.

⁸ Segundo Umberto Eco, a *scientia signum* de Roger Bacon é o correspondente medieval da moderna semiótica (Eco, 1989: 61). A semiótica de Roger Bacon é muito importante para o entendimento de sua semântica dos enunciados desviantes. Bacon escreveu um tratado intitulado *De signis*, que está na segunda parte de seu *Opus maius*, em que se encontram seus últimos estudos sobre a linguagem. O *De signis* só foi descoberto recentemente, em 1978, por uma equipe de pesquisadores dinamarqueses liderados por Jan Pinborg (Hackett, Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2007).

Para melhor entender as propostas de Roger Bacon para o problema dos enunciados desviantes é necessário atentar para algumas noções elementares de sua semântica. Nesse sentido, as seções a seguir discutirão três noções básicas que Roger Bacon ajudou a desenvolver: a dupla imposição, que pode também ser chamada de reimposição ou de reinstauração de sentidos, a transferência de sentidos e, por fim, a aplicação lingüística de um princípio da física aristotélica: a primazia da função.

Dupla imposição de sentidos

Na parte 59 de seu *Compendium studii theologiae*, Roger Bacon dá uma distinção clara entre uma primeira e uma segunda imposição de sentidos, que correspondem a um primeiro e a um segundo entendimento na associação entre sons vocais e coisas. Há, portanto, do ponto de vista de Bacon, a necessidade de se postular, antes de tudo, uma primeira instituição convencional de sentido a um determinado som vocal em uma dada língua natural que corresponda a uma única coisa localizável no mundo:

Dico ergo quod Vox imposita ad significandum rem extra animam significat solum eam rem secundum rationem impositionis; nam non recipit sic rationem nominis et signi nisi propter impositionem factam tali rei. Qua propter solum significat rem illam cui imponitur, quantum est de proprietate impositionis. [Digo, portanto, que o som vocal é imposto para significar uma coisa fora da mente e significa-a somente por causa dessa imposição; porque, tal coisa não recebe sua razão (*ratio*) de nome e de signo a não ser por motivo da imposição que lhe é feita. Portanto, é somente por imposição que esse som vocal significa essa coisa.] (Bacon, *Compendium studii theologiae*, parte 59, *apud* Rosier, 1994: 132)

Segundo Rosier (1994: 132), Roger Bacon considera a imposição primeira como originária da decisão arbitrária de sábios ancestrais que impuseram sons vocais aos sentidos primeiros das expressões vocais das diversas línguas e que foram confirmados pela *consuetudo* [uso]. Essa doutrina de uma imposição primeira é aparentemente ponto pacífico entre os gramáticos ao tempo de Bacon. Sendo assim, a preocupação de Roger Bacon e de seus contemporâneos recairá na solução do problema da reimposição ou dupla imposição de sentidos, ou seja, em saber como um significado unívoco (primeiro

e aceito) pode tornar-se figurado ou volitivo. A importância dessa preocupação no contexto aqui estudado é óbvia: como já o observaram Agostinho e a patrística, a parte da Bíblia conhecida como Antigo Testamento, do ponto de vista dos cristãos, é um conjunto de escritos de natureza em grande parte alegórica, que exigem uma exegese adequada⁹. Outro ponto muito importante eram os *corpora* de escritos da já milenar tradição teológica e litúrgica. Dentre alguns problemas de natureza lingüística, havia uma questão básica: como garantir que as fórmulas sacramentais não estavam sendo utilizadas incorretamente e que, portanto, todo o sistema de poderes sacramentais e hierárquicos não seria vão, nulo, ilegítimo ou pelo menos irregular? Era uma pergunta muito pertinente e respostas inadequadas colocariam em dúvida a autoridade da Igreja em uma sociedade em que o sentimento religioso era o dado basilar da visão de mundo.

Tendo em conta essa relevância histórica, vê-se que preocupações e esforços de pesquisa sobre o problema dos enunciados desviantes, dentre os fenômenos que chamavam tanto a atenção dos estudiosos do período aqui estudado, justifica-se perfeitamente. Como lidar, por exemplo, com uma fórmula batismal defeituosa como *Ego te baptizo in nomine Patris et Filiae et Spiritus Sancti* [Eu te batizo em nome do Pai, e da filha, e do Espírito Santo.]? Sabia-se que essa fórmula defeituosa fora largamente usada por clérigos gauleses antes das reformas carolíngias a partir do séc. IX (GILSON, 1998: 217). Se o batismo é entendido como o sacramento da iniciação cristã, porta de entrada para a administração de qualquer um dos demais sacramentos, não se encontraria aqui um exemplo de debate de natureza lingüística de fundo litúrgico e teológico que exigiria uma boa dose de argumentação apoiada em princípios intelectualmente aceitáveis? Certamente. Na seqüência desta discussão, ver-se-á como a semântica medieval ajudou na elaboração de propostas de solução para perguntas como essa.

Transferência de sentidos

⁹ No período da Patrística, da segunda metade do séc. I ao séc. VI d.C., os cristãos sentiram a necessidade expor da melhor maneira possível seus textos sagrados frente à oposição intelectual e política que enfrentavam. Essa preocupação culminou no desenvolvimento da exegese e de hermenêuticas cristãs

Esta seção apresentará um pouco das idéias que ajudaram Roger Bacon a desenvolver uma explicação semântica para construções elípticas, desviantes ou incompletas.

Para Roger Bacon, um som vocal¹⁰ seja, prioritariamente, um sinal audível, consensual e simultâneo de um conceito mental, individual e coletivo, que se refere diretamente a um dado empírico extramental. Apesar disso, Bacon admite que um mesmo som vocal possa também ser imposto a coisas completamente diferentes entre si, sejam elas existentes no mundo ou inexistentes. Bacon sugere que há toda uma rede de relações semânticas causais, inferenciais e de similitude entre a imagem mental apropriada a uma coisa no mundo e a reelaboração individual constatada na fala de um usuário qualquer da língua. Nesse sentido, Bacon pensa que um usuário ou locutor é, de fato, um reinstaurador da língua, na medida em que ele ou ela promove novas imposições de sentido a um mesmo signo convencional ou som vocal da língua e que tais sentidos podem ser até mesmo radicalmente diferentes de seu sentido primeiro. Dessa forma, segundo Bacon, os sons vocais estão aptos a receber novas acepções ao lado daquela única que tinham originalmente.

Todavia, Roger Bacon não considera que essas atribuições de novos sentidos sejam sempre totalmente aleatórias, pois entende que parte delas está relacionada de forma regrada com seu sentido básico. Bacon chama essas restrições de regras de transferência de sentido (*translatio*) e trata delas nas partes 82 a 87 de seu *De signis* (Rosier, 1994: 133). Para Roger Bacon, exemplos de transferências de sentido são as diferentes atribuições do som vocal “homem”. Em sua imposição primeira e sentido original, “homem” significa “este (dêitico arcaico¹¹) homem”; já em seus sentidos transferidos,

gregas e latinas, herdeiros dos estudos gramaticais da Antigüidade Tardia e que se tornarão instrumentais para o magistério posterior da Igreja.

¹⁰ O termo “som vocal” e “palavra” têm aqui o mesmo sentido, uma vez que não havia distinção entre palavra e morfema como unidade de sentido básico no período aqui estudado.

¹¹ Deve-se aqui distinguir pelo menos dois sentidos para dêitico: 1) “a ostensão de uma entidade imediatamente detectável no mundo no momento da pronúncia da palavra ‘homem’ e que corresponde a um sentido consensualmente aceito”; 2) “uma novíssima reimposição de sentido a uma palavra em uma recentíssima ocorrência de algo que se parece muito com essa entidade”. Nesse caso particular, se Roger Bacon faz ou não uma distinção clara como essa nos escritos a ele atribuídos é uma questão que aqui será deixada em aberto. Todavia, ao falar do exemplo clássico do desenho do círculo na placa da taverna,

“homem” pode ser, por exemplo, um retrato, um homem presente, passado ou futuro, a espécie “homem”, o suposto material “ho-mem”, etc., que são sentidos derivados das transferências do sentido original de uma suposta coisa no mundo em seu aqui e agora originante.

A transferência de sentido, que permite o alargamento do campo de referência semântica supracitado, não pelo que Roger Bacon chama de *aequivocatio*, mas sempre por *univocatio*¹². Na *aequivocatio*, uma mesma palavra tem dois sentidos de imposição distinta, por exemplo, *canis* [cão] refere-se ao animal e à constelação, como no caso de “manga” em português do Brasil. Nesse caso simplesmente não se pode saber se há alguma regra regendo a relação entre os dois sentidos. Tudo que se pode dizer é que a língua permite esse tipo de liberdade de reimposição *ad libitum*. Bacon dá o nome de *univocatio* aos tipos de transferência de sentido que estão sujeitas a regras bem definidas. A *univocatio* acontece quando duas ou mais palavras estão semanticamente relacionadas a um sentido básico, *i.e.*, quando obedecem a regras de reimposição que as restringem a sua imposição primeva. A *univocatio* engloba: 1) todos os casos tratados pela teoria da suposição¹³, 2) todas as variações de sentido devidas ao contexto (tempos verbais e outras determinações – como advérbios, por exemplo) e 3) todas as transferências de um sentido original ou consensual para sentidos figurados. O estudo desse tipo de transferência restringida é fundamental, na opinião de Bacon, para a correta interpretação de um grande número de passagens bíblicas e para o correto entendimento das fórmulas litúrgicas.

Assim como há uma imposição primeira e uma segunda, há uma inteligência primeira e uma segunda correspondentes (*inllectus primus e intellectus secundus*). Os modos

Bacon afirma que esse sinal significa que há vinho na taverna todas as vezes que alguém o vê e acredita em sua mensagem, haja vinho ou não (*De signis*, parte 94 *apud* ROSIER, 1994: 135).

¹² O autor temeu uma tradução pouco satisfatória desses dois termos técnicos do jargão escolástico e preferiu tentar explicar o sentido de *aequivocatio* e *univocatio* nos parágrafos imediatamente a seguir.

¹³ Grosso modo, a teoria medieval da suposição ocupava-se da denotação dos termos das proposições: 1) a suposição material tinha a ver com a substância fônica das termos: o termo “Homem” na sentença “Homem é um dissílabo” possui suposição material e, logo, “Ho-mem” é classificado como um suposto material; 2) a suposição simples denotava o gênero, como na sentença “Homem é um gênero” (ou “Homem é um universal”), nesse caso, “Homem” é um suposto que denota uma multidão de homens; 3) a suposição pessoal era atribuída a termos que denotavam uma e somente uma coisa no mundo, como em

de significar (*modi significandi*) que constituem a gramaticalidade dos enunciados fazem parte do *intellectus primus* e são as propriedades semânticas primitivas dos seus constituintes. Assim, uma seqüência de sons vocais do tipo:

(1) *Turba ruunt* [A turba lançam-se*].

É agramatical, pois o *intellectus primus* de sua imposição primeira não admite a combinação de um constituinte nominal singular com um constituinte verbal plural. De acordo com o *intellectus primus* de sua imposição primeira, essa seqüência é um desvio de:

(2) *Turba ruit* [A turba lança-se].

Ou seja, (1) desobedece a *ratio qua potest fieri* [a medida do que pode ser feito] dos modos de significar de seus constituintes formais. No entanto, (1) é uma seqüência compreensível. Logo, deve haver um *intellectus secundus* por trás da seqüência (1).

De fato, o *intellectus secundus* pode sobrepor-se, por meio de transferências de sentido (*translationes*), ao *intellectus primus* de uma primeira imposição e disponibilizar novos significados de acordo com a *ratio qua oportet fieri* [a medida do que é oportuno ser feito] através do jogo de um conjunto de modos de intenções particulares ao locutor: a *aequivocatio*, a *univocatio* e os estados de emoção. O limite dessas transferências de sentido é o conjunto de acepções possíveis de um item lexical. Ou seja, enquanto o *intellectus primus* é regido pelos princípios consensuais mais ou menos permanentes da gramática, o *intellectus secundus* é dirigido, paradoxalmente, pelo livre arbítrio condicionado do locutor em suas novas circunstâncias.

Portanto, (1) torna-se aceitável na medida em que resulta de uma transferência possível de sentido: a semântica de “turba” contém o sentido coletivo/plural de “multidão”, logo, há uma intenção de significar “turba” que lhe permite concatenar-se com um verbo na terceira pessoa do plural. A acepção aceita de “turba” (*i.e.*, “multidão”) tem o aval de uma dimensão consensual e coletiva que permite com que os

“Sócrates é homem”, em que o termo “homem” é um suposto pessoal que faz as vezes de (*suponit*) “Sócrates” (De Libera, 1990: 37-41).

receptores de uma seqüência como (1) a entendam apesar de sua forma gramaticalmente desviante.

Como explicação parcial dos mecanismos de restrição da dimensão consensual, Roger Bacon e seus contemporâneos criaram uma tipologia regrada para uma classe específica de enunciados desviantes: os enunciados incompletos. Essa tipologia e suas regras são visitadas na seqüência deste trabalho.

Assim como (1), há seqüências metafóricas que se tornam aceitáveis por *translatio*, como:

(2) *Prata rident* [Os prados riem].

Nesse caso, não há problema com os modos de significar de *intellectus primus*, pois (2) é uma seqüência perfeitamente gramatical. O problema é que, normalmente, são seres humanos e não prados que riem. Na linguagem dos medievais, *ridere* é “um predicado que convém somente a um ser humano” (Rosier, 1994: 139). Todavia, para Robert Kilwardby, mestre de Roger Bacon em Oxford, se o sentido da instituição primeira de *ridere* corresponde a um predicado que convém somente a humanos, há um sentido segundo, e transferido, em que “rir” significa “florescer” e, portanto, convém perfeitamente a “prados”. Nesse sentido, (2) é, tal como (1), perfeitamente aceitável.

Mas o que dizer de um clérigo gaulês pré-carolíngio que pronunciou a seqüência:

(3) *Ego te baptizo in nomine Patrias, et Filiae, et Spiritus Sancti**[Eu te batizo em nome pátrias¹⁴, e da filha, e do Espírito Santo*].

Em (3), o constituinte *Filiae* representa um problema apenas do ponto de vista de seu *intellectus secundus*, uma vez que, como em (2), é gramaticalmente aceitável, ou seja, o problema é estritamente pragmático. Já *Patrias* parece ser duplamente problemático por ser agramatical e inaceitável em termos pragmáticos. Levadas em conta as deficiências

¹⁴ Trata-se de tradução livre que não reflete os problemas sintáticos do acusativo *Patrias* no contexto de (3), mas apenas tenta transmitir o sentido de estranhamento que o termo em latim produz nessa sentença. Como *patrias* é acusativo plural de *patria* [pátria] e deveria estar no caso genitivo em (3) trata-se de um constituinte que torna a seqüência agramatical. Além disso, obviamente foge do sentido consensual do termo na fórmula. Em suma, *patrias* em (3) parece ser inadequado tanto de acordo com um *intellectus primus* quanto com um *secundus*.

de aceitabilidade de dois de seus constituintes, a seqüência (3) malograria o rito? De acordo com o filósofo inglês John Langshaw Austin (1911-1960), sim.

Em seu livro *How to do things with words*, Austin descreve um tipo especial de enunciado que possui três características peculiares: a) não descreve, relata ou constata nada, logo, é inverificável; b) é parte integral da performance de uma ação; c) é uma sentença de tipo: “primeira pessoa do singular-verbo no presente do indicativo”. Austin chama esse tipo de enunciado de performativo. Além de descrever essas três características principais dos enunciados performativos, Austin prescreve dois conjuntos de regras básicas para que tal enunciado seja bem sucedido¹⁵: 1) três regras concernentes a aspectos convencionais ou circunstanciais; 2) duas regras concernentes a aspectos intencionais. Entre as quebras de regra de tipo 1), Austin inclui “utter(-ing) the formula incorrectly”, que, segundo ele, anula o efeito do ato desejado que, em seu exemplo, é o casamento: “then the act in question, e.g. marrying, is not successfully performed at all, does not come off, is not achieved.” (Austin, 1962: 15-6). De acordo com Austin, o cumprimento de cada uma dessas regras determina a felicidade (ou sucesso) ou a infelicidade (ou frustração) de um performativo. Austin chama de “misfire” (malogro)¹⁶ ao não resultado de uma fórmula performativa emitida de maneira incorreta. Em resumo, para Austin, um performativo é bem sucedido não apenas quando as pessoas e os gestos exatos são utilizados, mas também quando seqüências de sons vocais correspondem corretamente à fórmula canônica que repetem.

¹⁵ No sentido austiniano, performativos são enunciados que instauram uma nova realidade no mundo embora não denotem absolutamente nada. Por exemplo, em uma cerimônia de casamento religioso católico-romano quando os noivos enunciam os seus “sim” ante o ministro e a(-s) testemunha(-s), crêem que este ato opera uma mudança em seu de estado de vida tornando-os legitimamente marido e mulher e que a declaração do ministro que se segue seu mútuo assentimento apenas anuncia que a afirmação consensual foi bem sucedida.

¹⁶ O sentido de “misfire”, termo que Austin escolhe para traduzir verbalmente o infortúnio de um enunciado, segundo definição do dicionário Webster’s é “fail to achieve the desired result, effect, etc.” Outra definição de “misfire”, do mesmo dicionário, é: “(of a firearm; bullet; shell) to fail to fire or explode”, que é o primeiro significado da entrada lexical e parece recuperar um sentido dos componentes básicos do termo (o nome “fire” e o prefixo “mis-”), pois remete ao sentido de um defeito imediato que impede o efeito funcional essencial de armas de fogo, munições ou bombas: o disparo de um projétil ou sua explosão. O prefixo “mis-”, é definido como: “ill, mistaken, wrong, wrongly, incorrectly, or simply negating (...)”. Portanto, o autor optou por traduzir o termo “misfire” (mis-fire) por “malogro” (malogro), que parece traduz ao menos a idéia de uma frustração imediata e completa e uma ação planejada, que parece ser o sentido do termo como empregado por Austin (Random House Webster’s College Dictionary, p. 865-6).

Portanto, de acordo com as regras de Austin, uma fórmula desviante como (3) resultaria em um malogro que anularia o efeito da ação de que participa essa sentença performativa.

Curiosamente, parece que Roger Bacon era extremamente tolerante com respeito à correção lingüística de fórmulas sacramentais e apresentava motivações razoáveis para sua tolerância. Na verdade, Roger Bacon não foi inovador nesse ponto, já que tinha tido a precedência de um pontífice do séc. VIII¹⁷.

Para Roger Bacon, a eficácia do rito depende prioritariamente de duas regras gerais e muito simples: 1) a variação da fórmula não pode ser tal que o sentido de sua instituição (*impositio*) primeira seja completamente obliterado ou irrecuperável; 2) a modificação de palavras ou seqüências só não pode ter a intenção deliberada de alterar o sentido teológico¹⁸. Ou seja, ter a intenção de batizar “em nome da filha” realmente invalidaria a fórmula católica, mesmo que se batizasse em “em nome do Filho”¹⁹. Além disso, segundo o liturgista Guilherme de Meliton, contemporâneo de Roger Bacon (Rosier, 1994: 144), situações como a falta de conhecimento do latim, desatenções pontuais e *lapsi linguarum* são *rationes excusabiles* [razões excusáveis] que não impedem a eficácia sacramental.

A partir dos dois princípios gerais do início do parágrafo anterior, intui-se que, de acordo com clérigos como Roger Bacon e Guilherme de Meliton, há um leque considerável de desvios formais permissíveis que em nada invalidariam a eficácia da instituição primeira das fórmulas sacramentais. De fato, a intenção primeira de uma fórmula sacramental, mesmo que desviante em suas proferições, sempre a capacita a

¹⁷ Em 746, Winfrid, arcebispo anglo-saxão das Gálias e futuro São Bonifácio, enviou carta ao papa Zacarias perguntando-lhe se “devia-se considerar como cristãos,[...], pessoas batizadas *In nomine Patris, et Filiae, et Spiritus Sancti*? Sem dúvida, responde Zacarias [...]; não os rebatize; esse padre não quis batizá-los em nome da ‘Filha’: ele simplesmente não sabe latim.” (GILSON, 1998: 217)

¹⁸ Notem-se: a regra 1) preocupa-se com a compreensão do beneficiário do sacramento e/ou de seus responsáveis (receptores); a regra 2) preocupa-se com a honestidade do ministrante (locutor).

¹⁹ Exceto em casos hipotéticos extremos, como, por exemplo, batizar alguém fiel e intencionalmente em nome de um gato, de Júpiter ou de um demônio, o sacramento, segundo o ensinamento tradicional católico, atua *ex opere operato*. A edição de 1998 do Catecismo da Igreja Católica assim o traduz: “literalmente: ‘pelo próprio fato de a ação ser realizada’”. Ou seja, a eficácia dos sacramentos independe até mesmo das imperfeições morais ou de fé tanto do ministrante quanto daquele a quem o sacramento é ministrado. Todavia, o catecismo acrescenta: “os frutos dos sacramentos dependem também das disposições de quem os recebe.” (Catecismo da Igreja Católica, 1998, p. 315-6, §§ 1127-8).

efetuar o que significa: segundo a crença católica, tornar o catecúmeno partícipe da vida divina da igreja.

No sentido austiniano, parece evidente que a fórmula sacramental não se classifica como *actus dicendi* [enunciado], mas é um *actus exercitus* [um performativo]. Tal ato exercido, todavia, parece estar fora das condições circunstanciais de felicidade de Austin, porque, sem prejuízo para o efeito almejado, *i.e.*, efetuar aquilo que significa, sua seqüência de sons vocais pode sofrer toda uma gama de variações em sua forma canônica original e, mesmo assim, não malograr.

Como Roger Bacon explicaria a eficácia de (3)? Pode-se talvez sugerir que, para uma análise baconiana, embora *Patrias* e *Filiae* em (3) diferissem de (1) e (2) por não haver transferência de sentido, *Filiae* (desviante) e *Filii* (adequado) seriam sons vocais similares que sinalizariam o mesmo *intellectus primus*, ou seja, a confusão entre eles seria apenas um caso de *similitudo* [similaridade]; logo, nesse caso, enunciar *Filiae* no lugar de *Filii* na fórmula sacramental não impediria a eficácia do sacramento. Do ponto de vista da lingüística histórica atual, uma análise como essa se sustentaria já que a *similitudo* talvez se explique, em parte, pelo fato de o ditongo /æ/ de *Fili-ae* haver sido reduzido a uma única vogal /ɛ/ no latim vulgar, o que se confirma no chamado *Appendix Probi* – uma lista de pronúncias e grafias desviantes do latim clássico escrita no séc. IV (Ilari, 2004: 76). Afinal, não seria exigir muito de um clérigo gaulês do séc. IX não se atrapalhar com a pronúncia de um som que nem mesmo os últimos clérigos romanos, quatro séculos antes, tinham sido capazes de distinguir perfeitamente?

No caso de *Patrias* (desviante) e *Patris* (adequado) um grau maior de desconhecimento do latim, por exemplo, parece explicar uma variação sem uma provável relação com a *similitudo*. Mesmo assim, em contextos em que o latim fora completamente substituído por uma língua românica, o sentido da fórmula original poderia ser completamente recuperado por analogia fônica.

Primazia da função

Como costuma acontecer inúmeras vezes na história dos estudos da linguagem, a discussão do sentido de sentenças desviantes, como nas ocorrências de (1) a (3), pode

remontar a Aristóteles (Arist., An. post. 2.11, 95a3). A idéia de que há uma completude segunda, *i.e.*, uma completude intencional, que se sobrepõe à completude primeira, ou gramatical, obedece à doutrina causal aristotélica segundo a qual o antecedente não determina totalmente o conseqüente (Arist., Ph. 1.9). Por exemplo, os materiais de construção, a mão de obra, o acabamento e a pintura de uma casa não garantem que ela protegerá seus habitantes da chuva, o contrário sim é que é verdadeiro: é porque a casa protege seus moradores das intempéries que é feita de determinados materiais e maneiras. O efeito determina a causa, porque a função de proteger habitantes é o fim que define o sentido primeiro de “casa”: “construção organizada para proteger habitantes de intempéries”. Segundo essa definição mínima, tanto uma tenda quanto um barco podem cumprir essa mesma função. Portanto, uma casa habitável é um exemplo de produto completo e acabado, determinado por princípios racionais. Os enunciados significativos de uma língua são produtos desse tipo. De fato, uma primeira conclusão a que se pode chegar sobre as idéias de Roger Bacon sobre os enunciados desviantes é que, para ele, todos os enunciados aceitáveis de uma língua são produtos desse tipo (Arist., De An. 1.2). Assim, há enunciados aparentemente incompletos que indicam um sentido de maneira mais eficaz do que se esse mesmo enunciado fosse reduzido à forma gramatical canônica, *i.e.*, “sujeito + predicado”. Rosier trouxe à tona (1994: 30-49) diversos textos gramaticais do séc. XIII em que Roger Bacon e seus contemporâneos analisavam o que chamavam de *sophismata grammaticalia* [sofismas gramaticais]. Esses sofismas são enunciados desviantes que explicitam sentidos pragmáticos da comunicação que vão além da proposição aristotélica canônica. A seguir, listam-se quatro exemplos desses enunciados desviantes acompanhados de paráfrases resumidas ao estilo das análises feitas por Roger Bacon e seus contemporâneos:

(4) *Legō*. [Leio.], em que o verbo inclui o sujeito de que depende como um acidente inclui sua substância, a saber, de maneira implícita. Caso o sujeito não fosse implícito, (4) seria um exemplo intencional de ênfase, porque, em latim, o pronome pessoal de primeira pessoa só é explicitado quando se deseja enfatizar o agente.

(5) *Sor.* [Socrates.] responde/completa uma pergunta como: *Qui est magister Platonem?* Nesse caso, (5) preenche uma função de sentido anafórico.

(7) *Heu.* [Ai!] pode ser entendida como: *Doleo.* [Sinto dor.]. De acordo com a semiótica baconiana, interjeições são signos híbridos – tanto deliberativos quanto instintivos. A reconstrução de sentido que fica saliente na interpretação (*Doleo.*), corresponde ao seu aspecto deliberativo, mas não tem a força (*vis*) de seu sentido híbrido/interjectivo, porque *Doleo.* corresponde apenas à imposição primeira, formal/ gramatical, da expressão e não à sua imposição segunda, que é intencional e intuitivamente mais importante do ponto de vista comunicativo.

(8) *Aqua, Aqua* [Água! Água!] pode ser um pedido de ajuda desesperado que tem a função de resumir o sentido completo de uma outra frase (constativa na linguagem austiniana). Porém uma frase constativa provavelmente não teria o mesmo efeito: “Minha casa está em chamas, por isso, preciso que alguém me ajude trazendo água para apagar o fogo” jamais teria a mesma eficácia que “Água! Água!”

Como bons seguidores de Aristóteles, os medievais costumavam ser instrumentalistas e, além disso, gostavam muito de analogias duplas do tipo: “assim como a ceifa sega a messe, a língua move o intelecto; e assim como o metal da ceifa não permite que esta corte pedras, a flexibilidade da língua não prescinde da lógica”. Ou seja, embora o sentido possa ser subentendido, como nos casos (4) a (8) e (1) a (3) acima, é necessário saber como isso é possível, *i.e.*, os medievais se perguntavam qual era a *ratio* [a ordem] que permite que esses sentidos fossem recuperados. Os gramáticos do início do séc. XIII se colocavam essa pergunta partindo de dois princípios instrumentais básicos para tentar respondê-la: 1) completo é aquilo a que nada falta; 2) nada falta àquilo que é subentendido (*quod intellegitur non deest*) (Rosier, 1994: 31). A partir desses dois princípios, os gramáticos medievais desenvolveram um conjunto de regras para explicar as recuperações de sentido em enunciados aparentemente incompletos, como são ocorrências como as de (4) a (8) e de (1) a (3). Um estudo detalhado dessas regras exigiria uma especial atenção às centenas de casos

de *sophismata grammaticalia* que forma coligidos, comentados e discutidos por gramáticos como Roger Bacon, Gosvin de Marbais, Robert Kilwardy e um número considerável de gramáticos anônimos do séc. XIII em seus tratados, gramáticas e comentários. Todavia, o objetivo deste artigo foi meramente o de apontar para algumas das motivações e para os muitos caminhos de exploração dos problemas da linguagem a que se dedicavam os estudiosos de Oxford e de Paris entre a primeira e a segunda metade do séc. XIII. Há, nesse sentido, um campo ainda vastamente inexplorado para todos os que no futuro vierem a dedicar-se à história dos estudos da linguagem na Idade Média.

Conclusão

Na conferência de abertura de suas *William James Lectures* de 1955, Austin declara: “[...] in recent years, many things which would once have been accepted without question as ‘statements’ by both philosophers and grammarians have been scrutinized with new care.” (Austin, 1962: 2). Na mesma página, poucas linhas abaixo, Austin faz uma breve menção histórica a Kant para demonstrar o quão recente é a preocupação com enunciados não verificáveis tanto na filosofia da linguagem quanto no que chama vagamente de “gramática”. Percebe-se pela complexidade da semântica intencionalista e da pragmática introduzidas nas seções anteriores deste artigo, que tal preocupação pode remontar a uma época bem anterior à década de 1940 ou mesmo ao fim do séc. XVIII, pelo menos na Europa Ocidental. De fato, como se viu nas seções acima, Roger Bacon e seus contemporâneos das Universidades de Paris e Oxford, onde Austin lecionaria cinco séculos mais tarde, aplicavam uma boa dose de escrutínio à problemática dos enunciados não verificáveis já desde, pelo menos, o início do séc. XIII. Este artigo desejou sugerir alguns princípios diretores que Roger Bacon e seus colegas adotaram em seu tratamento original desses enunciados na solução de questões filosóficas e teológicas muito importantes para a explicação do mundo em que viviam.

Referências

- AUSTIN, John. L. **How to do things with words**. Cambridge: Harvard University Press, 1962. 168 p.
- ARISTOTLE. **De anima. Parva naturalia. On breath**. Cambridge: Loeb, 1957. 546 p.
- _____. **Categories. On interpretation. Prior analytics**. Cambridge: Loeb, 1996. 542 p.
- _____. **Posterior analytics. Topica**. Cambridge: Loeb, 1997. 754 p.
- CATECISMO da igreja católica. São Paulo: Vozes, 1998. 744 p.
- CHOMSKY, Noam. **Reflexões sobre a linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1980. 199 p.
- DE LIBERA, Alain. **A filosofia medieval**. São Paulo: Loyola, 1998. 532 p.
- ECO, Umberto. Denotation. In: Umberto Eco, Constantion Marmo, (Eds.). **On the medieval theory of signs**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989. 224 p.
- GILSON, Etienne. **A filosofia na idade média**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 994 p.
- HACKETT, Jeremiah. Roger Bacon. In: Jorge J. E. Gracia, Timothy B. Noone (Eds.). **A companion to philosophy in the middle ages**. Malden: Blackwell, 2002. p. 616-625
- HACKETT, J. Roger Bacon. In: **Stanford encyclopedia of philosophy**. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/roger-bacon/#LifWor>> Acesso em: 27 jul. 2010
- ILARI, Rodolfo. **Lingüística românica**. São Paulo: Ática, 2004. 285 p.
- NOONE, Timothy. Scholasticism. In: Jorge J. E. Gracia, J. Timothy B. Noone (Eds.). **A companion to philosophy in the middle ages..** Malden: Blackwell, 2002. p. 55-64
- COVINGTON, Michael A. **Syntactic theory in the high middle ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. 163 p.
- ROSIER, Irène. **La parole comme acte: sur La grammaire et la sémantique au XIIIe siècle**. Paris: Vrin, 1994. 370 p.
- ROSIER-CATACH, Irène. Roger Bacon and grammar. In: Jeremiah Hackett (Ed.) **Roger Bacon and the sciences: commemorative essays**. New York: Brill, 1997. p. 67-102